

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	70

Motivos de Reapresentação	71
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	73.421.370
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>73.421.370</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	100
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	20/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	20/01/2014	Ordinária		0,01659
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	04/01/2014	Ordinária		0,02089
Reunião do Conselho de Administração	16/09/2014	Dividendo	22/09/2014	Ordinária		0,74927
Assembléia Geral Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Ordinária		0,77704
Assembléia Geral Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	16/04/2014	Ordinária		0,77704

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	848.724	533.159	555.048
1.01	Ativo Circulante	305.842	99.087	195.996
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	192.662	47.060	141.429
1.01.02	Aplicações Financeiras	60.112	19.626	12.708
1.01.03	Contas a Receber	48.907	31.665	41.080
1.01.03.01	Clientes	24.129	21.781	19.568
1.01.03.01.01	Créditos Diversos	24.129	21.781	19.568
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.778	9.884	21.512
1.01.03.02.01	Contas a receber - partes relacionadas	6	16	24
1.01.03.02.02	Empréstimos a partes relacionadas	24.702	9.840	21.361
1.01.03.02.03	Outros créditos	70	28	127
1.01.07	Despesas Antecipadas	908	736	779
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.253	0	0
1.01.08.03	Outros	3.253	0	0
1.01.08.03.03	Impostos a Recuperar	3.253	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	542.882	434.072	359.052
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	324.139	180.846	70.763
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.670	31.263	25.578
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.670	31.263	25.578
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3	8	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	294.201	149.361	45.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	294.201	149.361	45.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	265	214	185
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	265	214	185
1.02.03	Imobilizado	2.009	1.075	1.271
1.02.04	Intangível	216.734	252.151	287.018

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	848.724	533.159	555.048
2.01	Passivo Circulante	249.721	140.179	123.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.019	2.522	2.238
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.019	2.522	2.238
2.01.02	Fornecedores	9.104	5.239	4.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.104	5.239	4.856
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	6.553	3.803	3.861
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	2.551	1.436	995
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.910	18.979	15.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	177.659	79.201	78.382
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	286	2.463	2.405
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	286	2.463	2.405
2.01.04.02	Debêntures	177.373	76.738	75.977
2.01.05	Outras Obrigações	19.841	13.817	14.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.246	1.142	1.947
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.023	270	14
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.223	872	1.933
2.01.05.02	Outros	17.595	12.675	12.771
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.386	1.218	1.168
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	11.912	11.264	11.025
2.01.05.02.07	Contas a Pagar	2.297	193	578
2.01.06	Provisões	30.188	20.421	8.635
2.01.06.02	Outras Provisões	30.188	20.421	8.635
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	30.188	20.421	8.635
2.02	Passivo Não Circulante	451.391	245.942	310.582
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	391.261	166.242	227.287
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	782	1.013	3.337
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	782	1.013	3.337
2.02.01.02	Debêntures	390.479	165.229	223.950

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2012</b>
2.02.02	Outras Obrigações	25.464	33.979	40.653
2.02.02.02	Outros	25.464	33.979	40.653
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	25.464	33.910	40.570
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	0	69	83
2.02.04	Provisões	34.666	45.721	42.642
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.267	1.277	1.163
2.02.04.02	Outras Provisões	33.399	44.444	41.479
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	33.399	44.444	41.479
2.03	Patrimônio Líquido	147.612	147.038	120.476
2.03.01	Capital Social Realizado	75.819	70.839	68.718
2.03.04	Reservas de Lucros	71.793	76.199	51.758
2.03.04.01	Reserva Legal	14.168	14.168	13.744
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	57.625	62.031	38.014

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	347.702	323.841	284.069
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-132.230	-122.175	-132.828
3.03	Resultado Bruto	215.472	201.666	151.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.259	-10.643	-11.382
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.192	-10.632	-11.394
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-16.243	-10.101	-10.857
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-949	-531	-537
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	32
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-67	-11	-20
3.04.05.01	Tributárias	-67	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	198.213	191.023	139.859
3.06	Resultado Financeiro	-19.459	-24.762	-29.539
3.06.01	Receitas Financeiras	53.716	19.006	21.150
3.06.02	Despesas Financeiras	-73.175	-43.768	-50.689
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	178.754	166.261	110.320
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.531	-54.098	-35.509
3.08.01	Corrente	-56.938	-59.783	-46.357
3.08.02	Diferido	-1.593	5.685	10.848
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	120.223	112.163	74.811
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	120.223	112.163	74.811
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,08630	1,63510	1,12420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,69300	1,65570	1,22380

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	120.223	112.163	74.811
4.03	Resultado Abrangente do Período	120.223	112.163	74.811



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	189.942	185.851	150.509
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	195.528	185.460	148.204
6.01.01.01	Lucro líquido do período	120.223	112.163	74.811
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	42.286	39.389	35.984
6.01.01.03	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	24	383	852
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.593	-5.685	-10.848
6.01.01.05	Variacao monetária e juros sobre credores pela concessão	3.463	4.470	6.075
6.01.01.06	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-3.071	-1.671	-1.699
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	36	559	970
6.01.01.08	Juros e variações monetária de debêntures	61.041	32.398	38.430
6.01.01.09	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	3.837	3.357	2.570
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	272	280	348
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-5.115	11.394	6.534
6.01.01.12	Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-29.061	-11.577	-5.823
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.586	391	2.305
6.01.02.01	Contas a receber	-2.348	-2.213	-2.824
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	5	8	19
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-167	35	-119
6.01.02.04	Impostos a recuperar	1.553	2.010	1.157
6.01.02.05	Outros créditos e depósitos judiciais	-93	70	41
6.01.02.06	Fornecedores	850	-1.332	1.314
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	1.104	-805	968
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	1.115	441	-106
6.01.02.09	Obrigações sociais	-503	284	253
6.01.02.10	Obrigações fiscais	21.573	54.644	44.542
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.511	-51.839	-42.642
6.01.02.12	Outras contas a pagar	2.104	-385	-292
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-282	-166	-79
6.01.02.14	Credores pela concessão	14	-361	73

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.853	-8.969	4.790
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-465	-451	-235
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-5.531	-2.998	-2.055
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-69.785	-95.781	-91.004
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	31.928	90.261	98.084
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-487	-271.251	-202.891
6.03.01	Empréstimos - captações	1.066	0	0
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	-3.454	-2.382	-3.864
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-56	-443	-756
6.03.04	Debêntures- captações	400.000	0	0
6.03.05	Debêntures - pagamentos de principal	-84.168	-67.321	-67.321
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-50.988	-23.037	-30.608
6.03.07	Pagamento de credores pela concessão	-11.275	-10.530	-10.005
6.03.08	Pagamento de dividendos	-113.860	-78.847	-85.109
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-2.752	-5.691	-5.228
6.03.11	Empréstimos a partes relacionadas	-135.000	-83.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	145.602	-94.369	-47.592
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.060	141.429	189.021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	192.662	47.060	141.429

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.980	0	-4.406	-120.223	0	-119.649
5.04.01	Aumentos de Capital	4.980	0	-4.980	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-57.051	-56.809	0	-113.860
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.789	0	-5.789
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	57.625	-57.625	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	120.223	0	120.223
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	120.223	0	120.223
5.07	Saldos Finais	75.819	0	71.793	0	0	147.612

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.121	0	24.017	-111.739	0	-85.601
5.04.01	Aumentos de Capital	2.121	0	-2.121	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.893	-42.954	0	-78.847
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.754	0	-6.754
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	62.031	-62.031	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.163	0	112.163
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.163	0	112.163
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	424	-424	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	424	-424	0	0
5.07	Saldos Finais	70.839	0	76.199	0	0	147.038

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.640	0	-8.992	-74.083	0	-79.435
5.04.01	Aumentos de Capital	3.640	0	0	-3.640	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.006	-26.596	0	-73.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.833	0	-5.833
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	38.014	-38.014	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.811	0	74.811
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.811	0	74.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	728	-728	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	728	-728	0	0
5.07	Saldos Finais	68.718	0	51.758	0	0	120.476

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>
7.01	Receitas	380.141	354.192	310.953
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	370.838	346.881	306.564
7.01.02	Outras Receitas	9.303	7.311	4.389
7.01.02.01	Receita de serviços de construção	6.451	4.492	1.920
7.01.02.02	Outras Receitas	2.852	2.819	2.469
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-87.180	-78.908	-96.477
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.263	-22.859	-23.765
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.518	-4.694	-4.292
7.02.04	Outros	-56.399	-51.355	-68.420
7.02.04.01	Custo da concessão	-9.054	-12.635	-15.358
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-6.451	-4.492	-1.920
7.02.04.03	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-38.735	-32.221	-49.122
7.02.04.04	Outros	-2.159	-2.007	-2.020
7.03	Valor Adicionado Bruto	292.961	275.284	214.476
7.04	Retenções	-42.286	-39.389	-35.984
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.286	-39.389	-35.984
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	250.675	235.895	178.492
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.717	19.006	21.150
7.06.02	Receitas Financeiras	53.717	19.006	21.150
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	304.392	254.901	199.642
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	304.392	254.901	199.642
7.08.01	Pessoal	18.536	14.777	13.920
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.577	10.258	9.750
7.08.01.02	Benefícios	3.595	3.721	3.330
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.364	798	840
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	94.369	87.118	64.908
7.08.02.01	Federais	75.457	69.384	49.213
7.08.02.02	Estaduais	252	271	239
7.08.02.03	Municipais	18.660	17.463	15.456

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.264	40.843	46.003
7.08.03.01	Juros	64.639	35.220	41.046
7.08.03.02	Aluguéis	1.535	1.544	1.383
7.08.03.03	Outras	5.090	4.079	3.574
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	115.243	110.042	71.171
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.175	6.754	5.833
7.08.04.02	Dividendos	0	42.954	26.596
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	112.068	60.334	38.742
7.08.05	Outros	4.980	2.121	3.640
7.08.05.01	Integralização de capital	4.980	2.121	3.640

**Relatório da Administração**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Companhia” ou “Centrovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

**CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Companhia iniciou suas operações em 9 de junho de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luís (Cordeirópolis a São Carlos), SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú) e SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 21 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 19 de junho de 2019. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

<b>Nome da praça</b>	<b>Localização</b>	<b>Tarifa (R\$)</b>
Itirapina	SP 310/ KM 217	4,40
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	7,30
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	6,20
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	7,10
Jaú	SP 225/ KM 199 + 380	9,20



## Relatório da Administração

**Centrovias**

**arteris**

### EVENTOS RELEVANTES

#### TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração: (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

## Relatório da Administração

**Centrovias**

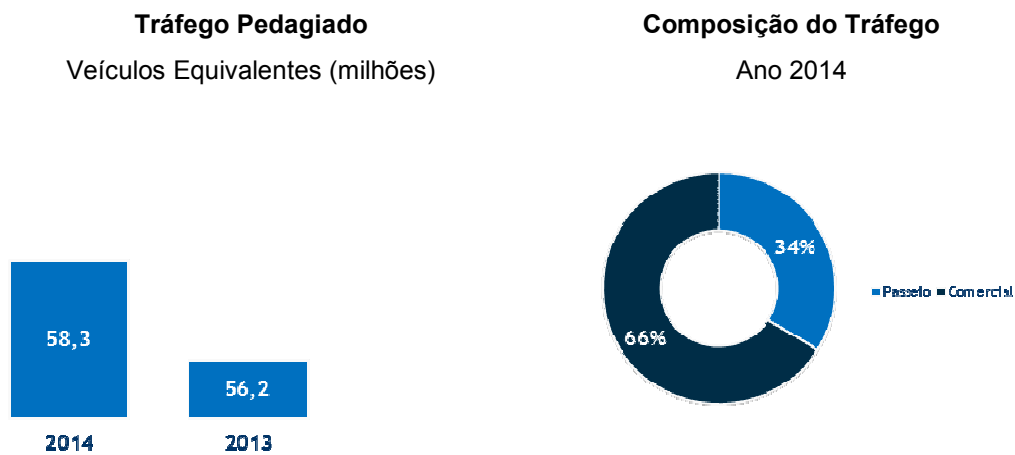
**arteris**

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 58,3 milhões de veículos equivalentes em 2014, 3,7% superior quando comparado ao exercício anterior. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas tais como os relacionados à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, ainda que minimizado pela cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, que contribuiu para o crescimento do tráfego.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2014 foi de 66% de veículos pesados e 34% de veículos leves.



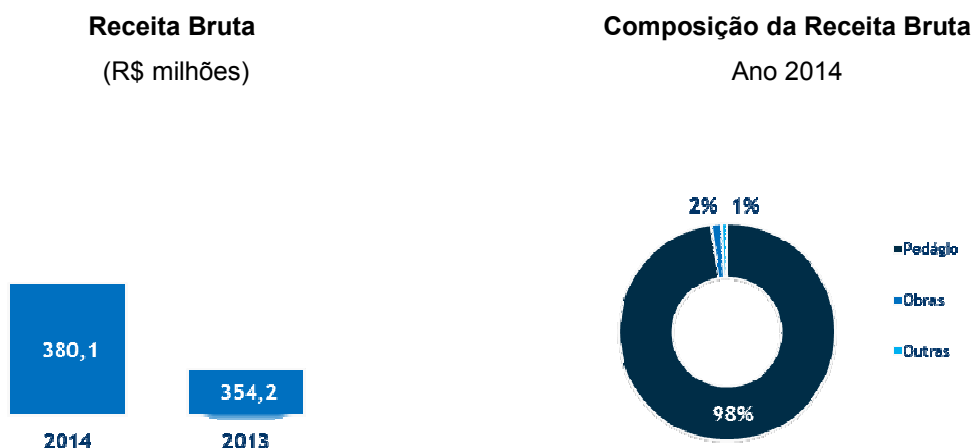
## Relatório da Administração

**Centrovias**

**arteris**

### Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$380,1 milhões em 2014, com crescimento de 7,3% em relação aos R\$354,2 milhões registrados em 2013.



A receita de pedágio cresceu 6,9%, passando de R\$346,9 milhões em 2013 para R\$370,8 milhões em 2014. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego dos veículos equivalentes em 3,7% e (ii) reajuste à partir de 01/07/2014 de 5,04% na tarifa básica praticada, com base na evolução do IPCA entre os meses de junho de 2013 e maio de 2014 conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo de 05 de janeiro de 2012 (6,37%), ajustado pela absorção de ganhos extraordinários relacionados à cobrança dos eixos suspensos de veículos comerciais pelo período de 28/07/2013 a 31/05/2014.

À partir de 19/09/2014, a empresa obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar suas tarifas de pedágio em 6,37%, índice integral da variação acumulada do IPCA registrada no período de junho de 2013 até maio de 2014.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou acréscimo de R\$2,0 milhões, passando de R\$4,5 milhões em 2013 para R\$6,5 milhões em 2014 tendo como destaque as revitalizações realizadas nos sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,9 milhões permanecendo estável em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$347,7 milhões, R\$23,9 milhões superior ao ano de 2013.

**Relatório da Administração****Centrovias****Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custo dos serviços de construção	(6,5)	(4,5)	43,4%
Serviços de terceiros	(14,2)	(12,9)	9,8%
Pessoal	(20,8)	(16,7)	24,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(38,7)	(32,2)	20,3%
Conservação	(9,4)	(9,6)	-2,3%
Custos com poder concedente	(5,6)	(8,2)	-31,6%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,8)	4,9%
Remuneração da administração	(0,9)	(0,5)	89,8%
Consumo	(4,1)	(2,8)	45,9%
Outros	(5,2)	(4,2)	23,0%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(107,2)</b>	<b>(93,4)</b>	<b>14,8%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 14,8% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. A variação de R\$13,8 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$2,0 milhões com os custos dos serviços de construção em razão das revitalizações realizadas nos sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.
- Aumento de R\$1,3 milhões com as despesas de serviços de terceiros sendo R\$ 2,3 milhões referente à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo, compensados com a suspensão no mês de julho de 2013 do desconto de 50% de manutenção mensal do usuário do sistema de pagamento eletrônico de pedágio.
- Aumento de R\$4,1 milhões em despesas com pessoal deve-se à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo;
- Aumento de R\$6,5 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em razão de: (i) antecipação do cronograma de obras referente à 3ª intervenção de pavimento e implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP 310 e SP 225.
- Redução de R\$2,6 milhões em custos com poder concedente decorrente da autorização emitida em 27/07/2013 DOE processo 15.747/2013 do não recolhimento de 1,5% da outorga variável nos meses de julho, agosto e setembro e também pela prorrogação autorizada pelo Conselho Diretor da Artesp ocorrida em reunião datada de 14/12/2013, que deliberou por prazo indeterminado da retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

## Relatório da Administração

### Centrovias



- Em consumo, a variação de R\$1,3 milhão ocorreu principalmente devido à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo.
- O acréscimo de R\$1,0 milhão em outros ocorreu principalmente devido à alteração no critério de rateio das despesas corporativas entre as concessionárias do grupo.

#### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita líquida	347,7	323,8	7,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(107,2)	(93,4)	14,8%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>240,5</b>	<b>230,4</b>	<b>4,4%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38,7	32,2	20,3%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>279,2</b>	<b>262,6</b>	<b>6,3%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercícios fiscais futuros.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2014 em R\$279,2 milhões, com um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado e reajuste da tarifa de pedágio.

#### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	53,7	19,0	182,7%
Despesas Financeiras	(73,2)	(43,8)	67,1%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(19,5)</b>	<b>(24,8)</b>	<b>-21,5%</b>

## Relatório da Administração

### Centrovias



O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$19,5 milhões, 21,5% menor em relação ao ano de 2013.

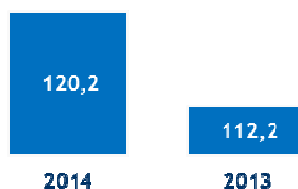
- As receitas financeiras apresentaram um aumento de 182,7%, que correspondeu a R\$34,7 milhões, este aumento está diretamente relacionado ao aumento das aplicações financeiras decorrentes da liberação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures, contratos de mútuo realizados com a holding ao longo do ano de 2015 e também do aumento da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos.
- As despesas financeiras sofreram aumento de R\$29,4 milhões (67,1%) em consequência de: (i) liberação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures (ii) variação maior da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) que é aplicado para a remuneração da operação de debêntures da 2ª série.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com lucro líquido de R\$120,2 milhões, com acréscimo de 7,2% em comparação ao exercício de 2013. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) reajuste da tarifa de pedágio.

#### Lucro Líquido

(R\$milhões)



**Relatório da Administração****Centrovias****arteris****Endividamento**

R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>569,0</b>	<b>245,4</b>	<b>131,9%</b>
Curto Prazo	177,7	79,2	124,4%
Longo Prazo	391,3	166,2	135,4%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	(252,8)	(66,7)	279,0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>316,2</b>	<b>178,7</b>	<b>76,9%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$569 milhões, apresentando aumento de R\$323,6 milhões (131,9%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2014 em R\$316,2 milhões, apresentando aumento de R\$137,5 milhões em relação ao montante de R\$178,7 milhões registrado no encerramento do exercício de 2013. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,3x, ao final do exercício anterior esta relação era de 0,7.

**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Durante o ano de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

<b>Proventos em Dinheiro</b>	<b>Deliberado em</b>	<b>Pagamento em</b>	<b>Valor</b>
Dividendos	15/04/2014	16/04/2014	R\$ 57,0 milhões
Dividendos	16/09/2014	22/09/2014	R\$ 56,8 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	20/01/2014	20/01/2014	R\$ 1,2 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	01/04/2014	01/04/2014	R\$ 1,5 milhões

## Relatório da Administração



### INVESTIMENTOS

Em 2014, a Centrovias investiu R\$5,6 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$40,0 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- 3ª intervenção de pavimento na SP 310;
- a recuperação de estruturas metálicas das praças de pedágio;
- a recuperação de obras de artes especiais;
- manutenção da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP-225 e SP-310.

### RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2014	2013
Empregos diretos	283	314
Rotatividade	2,27%	2,35%

No que concerne à diversidade, a Centrovias apresenta uma participação majoritária de 61,1% de mulheres, contra 38,9% de homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 88% dos profissionais. Vale mencionar que 30% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 5.381 horas de treinamento, o que corresponde, em média, de 16:15 horas de treinamento por profissional.

### RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Centrovias tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio ambiente.

#### Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.



## Relatório da Administração



### Segurança

A companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A companhia mantém o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

### Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1º e 2º graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

### Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

### Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas

## Relatório da Administração

### Centrovias



rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

#### **Cultura e Esporte**

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

#### **Voluntariado**

O público interno da companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

### **AGRADECIMENTOS**

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **Relacionamento com Auditores Independentes**

## Relatório da Administração

### Centrovias



Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

#### Diretoria

*Linomar Barros Deroldo*  
Diretor Presidente

*Olga Maria Ulian Cotrim*  
Diretora Superintendente

*Márcio Augusto Travain*  
Diretor Administrativo e Financeiro

*Alessandro Scotoni Levy*  
Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michielin*  
Diretora Jurídica

#### Conselho de Administração

*David Antonio Díaz Almazán*  
Conselheiro

*Marta Casas Caba*  
Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*  
Conselheiro

**Notas Explicativas SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituída pelas Rodovias SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

**2. CONCESSÕES**

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 15, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

**Notas Explicativas SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,04%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 19 de setembro de 2014 a Sociedade obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da 0h desta data.

Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

**NA SP-225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros**

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e o km 235 + 040.

A Sociedade estima nas datas de 31 de dezembro de 2014, os montantes de R\$42.152 respectivamente referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

R\$97.309 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.2.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o exercício de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse exercício, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

**3. BASE DE PREPARAÇÃO****3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

**3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**3.4 Uso de estimativa e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

**Contabilização do contrato de concessão**

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de



**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

**Momento de reconhecimento do ativo intangível**

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

**Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão**

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

**Determinação das receitas de construção**

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

**Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão**

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

**4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

**4.1. Instrumentos financeiros ativos**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

**Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em exercício inferior a 90 dias.

**b) Aplicações financeiras**

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

**c) Contas a receber**

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

**4.2. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

**4.3. Ativo intangível****Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão**

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo,

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda de tráfego, estimada para o exercício de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

**Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o exercício de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**4.5. Custo de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

**4.6. Instrumentos financeiros passivos****a) Classificados como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

**b) Empréstimos e financiamentos**

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**c) Credores pela concessão**

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

**4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

**Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme a nota explicativa nº 8.

**4.8. Arrendamento mercantil**

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o exercício do arrendamento.

**4.9. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.1.

**4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente**

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

**Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

**Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	31.199	21.276
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>30.188</u>	<u>20.421</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.011)</u>	<u>(855)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	12.217	11.555
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>11.912</u>	<u>11.264</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(305)</u>	<u>(291)</u>
<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	37.183	50.466
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>33.399</u>	<u>44.444</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(3.784)</u>	<u>(6.022)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	28.402	38.734
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>25.464</u>	<u>33.910</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.938)</u>	<u>(4.824)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

#### 4.11 Reconhecimento de receita

##### **Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

##### **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão**

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.



**Notas Explicativas SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**4.12 Receitas e despesas financeiras**

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

**4.13. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

**4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4.15. Novos pronunciamentos e interpretações**

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente

**Notas Explicativas SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
	(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;	
	(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;	
	(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;	

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.623	2.211
Aplicações financeiras (*)	<u>191.039</u>	<u>44.849</u>
Total	<u>192.662</u>	<u>47.060</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimento, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,55% da variação do CDI no exercício.

**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	23.266	20.759
Cupons de pedágio a receber	331	570
Cartões de pedágio a receber	152	84
Receitas acessórias a receber	<u>380</u>	<u>368</u>
Total	<u>24.129</u>	<u>21.781</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)****Debêntures - Sinking Fund**

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada exercício de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor da aplicação é de R\$60.112 (R\$19.626 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 95,29% da variação do CDI.

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.267	1.277
Provisão de participação nos lucros	697	-
Direito de concessão incorporado (c)	(2.009)	(2.463)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b)		
Provisão para manutenção	63.587	64.865
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	23.385	28.715
Ajuste dos encargos financeiros	<u>335</u>	<u>(444)</u>
Base de cálculo	87.262	91.950
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>29.670</u>	<u>31.263</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	8.198
2017	8.535
2018	8.885
Após 2019	<u>4.052</u>
	<u>29.670</u>

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<b><u>Custo do imobilizado</u></b>				
Saldo em 31/12/2012	<u>848</u>	<u>2.775</u>	<u>102</u>	<u>3.725</u>
Adições	63	153	-	216
Alienações/baixas	<u>(36)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>875</u>	<u>2.911</u>	<u>102</u>	<u>3.888</u>
Adições	87	79	1.211	1.377
Transferência/Reclassificação	(26)	(66)	(1)	(93)
Alienações/baixas	<u>(37)</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>(43)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>899</u>	<u>2.918</u>	<u>1.312</u>	<u>5.129</u>
<b><u>Depreciação acumulada</u></b>				
Saldo em 31/12/2012	<u>(402)</u>	<u>(1.950)</u>	<u>(102)</u>	<u>(2.454)</u>
Depreciações	(78)	(293)	-	(371)
Alienações/baixas	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>12</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>(475)</u>	<u>(2.236)</u>	<u>(102)</u>	<u>(2.813)</u>
Depreciações	(84)	(644)	(49)	(777)
Transferência/Reclassificação		418		418
Alienações/baixas	<u>56</u>	<u>(9)</u>	<u>5</u>	<u>52</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(503)</u>	<u>(2.471)</u>	<u>(146)</u>	<u>(3.120)</u>
<b><u>Imobilizado líquido</u></b>				
Saldo em 31/12/2013	400	675	-	1.075
Saldo em 31/12/2014	396	447	1.166	2.009
Taxas de depreciação - %	10	20	20	

## Notas Explicativas

**CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>577.097</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>1.908</u>	<u>1.169</u>	<u>629.928</u>
Adições	4.140	-	-	353	-	4.493
Alienações/baixas	(310)	-	-	(83)	-	(393)
Transferência/Reclassificações	<u>1.169</u>	-	-	-	<u>(1.169)</u>	-
Saldo em 31/12/2013	<u>582.096</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.178</u>	-	<u>634.028</u>
Adições	6.357	-	-	94	-	6.451
Alienações/baixas	(34)	-	-	-	-	(34)
Transferência/Reclassificações	<u>57</u>	-	-	<u>36</u>	-	<u>93</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>588.476</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.308</u>	-	<u>640.538</u>
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2012	<u>(307.742)</u>	<u>(27.768)</u>	<u>(6.400)</u>	<u>(1.000)</u>	-	<u>(342.910)</u>
Amortização	(36.484)	(1.812)	(490)	(232)	-	(39.018)
Alienações/baixas	51	-	-	-	-	51
Saldo em 31/12/2013	<u>(344.175)</u>	<u>(29.580)</u>	<u>(6.890)</u>	<u>(1.232)</u>	-	<u>(381.877)</u>
Amortização	(38.827)	(1.911)	(515)	(256)	-	(41.509)
Alienações/baixas						
Transferência/Reclassificações	<u>(418)</u>					<u>(418)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>(383.420)</u>	<u>(31.491)</u>	<u>(7.405)</u>	<u>(1.488)</u>	-	<u>(423.804)</u>

**Notas Explicativas****CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<b><u>Intangível líquido</u></b>					
Saldo em 31/12/2013	237.921	10.700	2.584	946	252.151
Saldo em 31/12/2014	205.056	8.789	2.069	820	216.734
Taxas anuais de amortização %	16	16	16	16	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.



**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de veículos (Finame) (b)	6,0% a.a.	286	-
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	<u>-</u>	<u>2.463</u>
Total		<u>286</u>	<u>2.463</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES)- automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.		1.013
Financiamento de veículos (Finame) (b)	6,0% a.a.	782	
Total		<u>782</u>	<u>1.013</u>
		<u>1.068</u>	<u>3.476</u>

(\*) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. Com a entrada de recursos da 2ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação deste financiamento.

(b) Contrato de abertura de crédito com o Banco do Brasil S.A para financiamento de veículos

Ano de vencimento

2016	426
2017	<u>355</u>
	<u>782</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

**Notas Explicativas SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**12. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31.12.2014		31.12.2013	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Março/2015	-	-	67.690	16.847
2ª série (b)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	62.890	105.618	9.460	148.676
2ª emissão (c)	<u>40.000</u>	CDI + 0,99% a.a.	Junho/2018	<u>115.379</u>	<u>285.760</u>	-	-
	<u>446.131</u>			178.269	391.378	77.150	165.523
Custo de transação				<u>(896)</u>	<u>(899)</u>	<u>(412)</u>	<u>(294)</u>
Total				<u>177.373</u>	<u>390.479</u>	<u>76.738</u>	<u>165.229</u>

(\*) Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(\*) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

- (a) 1ª emissão de debêntures de 1ª série de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2013 de R\$1 (mil reais) cada uma.
- (b) 1ª emissão de debêntures - 2ª série de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$1 (mil reais) cada uma.
- (c) 2ª emissão de debêntures em série única emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2014 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data da emissão	Valor Nominal	Data da integralização	Valor Subscrito
1ª série	15.03.10	286.131	26.04.10	289.313
2ª série	15.03.10	120.000	27.04.10	121.899
2ª emissão	20.03.14	<u>400.000</u>	25.03.14	<u>400.527</u>
		<u>806.131</u>		<u>811.739</u>

As debêntures da 1ª série foram pré-pagas a fim de reestruturar e melhorar o perfil de amortização e vencimentos dos endividamentos.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente em 3 parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga semestralmente com primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2014, e os demais pagamentos nos meses de junho e

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

dezembro de cada ano e será amortizada semestralmente em 7 parcelas a partir de 20 de junho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	166.634
2017	166.701
2018	<u>57.144</u>
	<u>390.479</u>

As debêntures da 2ª série da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 51% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas, até o limite de 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“*Sinking Fund*”), conforme descrito na nota nº 7.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<b><u>Ativo circulante</u></b>	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	<u>24.702</u>	<u>9.840</u>
Total	<u>24.702</u>	<u>9.840</u>
Contas a receber:		
Arteris S.A.	-	12
Autovias S.A.	6	3
Fluminense S.A.	-	<u>1</u>
Total	<u>6</u>	<u>16</u>
<b><u>Ativo não circulante:</u></b>	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	<u>294.201</u>	<u>149.361</u>
Total	<u>294.201</u>	<u>149.361</u>
<b><u>Passivo circulante</u></b>	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
Contas a pagar:		
Arteris S.A.	1.101	270
Autovias S.A.	73	-
Vianorte S.A.	<u>49</u>	-
Total	<u>1.223</u>	<u>270</u>
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	703	724
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	<u>320</u>	<u>148</u>
Total	<u>1.023</u>	<u>872</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	<u>3.386</u>	<u>1.218</u>
Total	<u>3.386</u>	<u>1.218</u>

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Contas de resultado	31.12.2014		31.12.2013	
	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Conservação da rodovia	Receitas financeiras
Arteris S.A. (c)	-	29.061	-	11.577
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	8.924	-	10.466	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	<u>2.361</u>	<u>-</u>	<u>2.198</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>11.285</u></b>	<b><u>29.061</u></b>	<b><u>12.664</u></b>	<b><u>11.577</u></b>

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados a manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2014	31.12.2013
22/08/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	20.000	15.385	12.138
18/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	15.000	11.314	8.899
04/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.421	1.107
17/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.625	4.375
18/04/2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	53.000	9.289	3.255
21/06/2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	30.000	4.797	1.427
09/05/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	10.000	681	-
20/05/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	40.000	2.607	-
10/06/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	55.000	3.241	-
07/07/2014	Dezembro de 2017	CDI+1,4% a.a.	<u>30.000</u>	<u>1.543</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>			<b><u>263.000</u></b>	<b><u>55.903</u></b>	<b><u>31.201</u></b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$949 (R\$531 em 31 de dezembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e outras partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

**Notas Explicativas**  
**CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$697 e R\$929.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e antigos empregados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de antigos empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do estatuto social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

**14. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de Renda	4.619	11.221
Contribuição Social	2.825	4.548
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	247	237
Programa de Integração Social (PIS)	214	201
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	989	929
Imposto Sobre Serviço (ISS)	1.853	1.663
Outros	<u>163</u>	<u>180</u>
<b>Total</b>	<u><b>10.910</b></u>	<u><b>18.979</b></u>

---

**15. CREDORES PELA CONCESSÃO**

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013. Na data base de 31 de dezembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 5,04%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e tomou medidas necessárias de defesa para garantir seus direitos.

Em 19 de setembro de 2014 a Sociedade obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da 0h desta data.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<b><u>Circulante</u></b>	<b><u>Valor presente</u></b>		<b><u>Valor real em(*)</u></b>	
	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
Direito de outorga - parcela fixa	11.422	10.802	11.727	11.093
Parcela variável (a)	<u>490</u>	<u>462</u>	<u>490</u>	<u>462</u>
Total	<u>11.912</u>	<u>11.264</u>	<u>12.132</u>	<u>11.555</u>

<b><u>Não circulante</u></b>	<b><u>Valor presente</u></b>		<b><u>Valor real em(*)</u></b>	
	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
Direto de Outorga - parcela fixa	<u>25.464</u>	<u>33.910</u>	<u>28.402</u>	<u>38.734</u>
	<u>25.464</u>	<u>33.910</u>	<u>28.402</u>	<u>38.734</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a



**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u> <u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de Parcelas	12	29	41

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$16.853 (R\$11.275 de parcela fixa e R\$5.578 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2016	11.753
2017	11.753
Acima de 2018	<u>4.896</u>
	<u>28.402</u>

**16. PROVISÕES****16.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 são conforme seguem:

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	273	264	(32)	(213)	292
Trabalhistas	<u>1.004</u>	<u>77</u>	<u>(37)</u>	<u>(69)</u>	<u>975</u>
Total	<u>1.277</u>	<u>341</u>	<u>(69)</u>	<u>(282)</u>	<u>1.267</u>

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	378	122	(134)	(93)	273
Trabalhistas	<u>785</u>	<u>372</u>	<u>(80)</u>	<u>(73)</u>	<u>1.004</u>
Total	<u>1.163</u>	<u>494</u>	<u>(214)</u>	<u>(166)</u>	<u>1.277</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e tributários ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$584 e R\$127, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$548 e R\$126 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

### 16.2. Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Não Circulante</u> <u>Manutenção em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	20.421	44.444
Adições	-	28.353
Utilizações	(33.468)	-
Ajuste a valor presente	-	3.837
Transferências	<u>43.235</u>	<u>(43.235)</u>
Saldos em 31.12.2014	30.188	33.399

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2012	8.635	41.479
Adições	-	19.835
Utilizações	(8.441)	-
Ajuste a valor presente	-	3.357
Transferências	<u>20.227</u>	<u>(20.227)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>20.421</u>	<u>44.444</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$39.091 (R\$22.260 em 31 de dezembro de 2013).

**17. PATRIMONIO LIQUIDO**

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$104.798, integralizados pelos valores de R\$75.819 e R\$70.839, respectivamente. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2014</u>		Participação - %
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	
Arteris S.A.	<u>101.483.834</u>	<u>73.421.370</u>	<u>100,00</u>

Em 16 de abril de 2014 a Sociedade integralizou capital no valor de R\$4.980.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Em 2014, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$ 57.051, pagos em abril de 2014 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 22 de setembro de 2014 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2014 no montante de R\$ 56.809, mediante a utilização dos saldos da conta de reserva de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 16 de setembro de 2014. Foram integralizados como capital o valor de R\$ 4.980 referentes a estes dividendos.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro líquido do exercício	120.223	112.163
Reserva legal 5%	-	(424)-
Base de cálculo	120.223	111.739
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	30.056	27.935
Dividendos antecipados	(62.598)	(50.132)
Dividendos propostos	57.625	62.031

A Administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2014, totalizando R\$57.625 ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$62.031 em 31 de dezembro de 2013)

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de imposto de renda.

No decorrer do exercício findo em 31 dezembro de 2014 a Sociedade propôs distribuição lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.920, líquido de R\$869, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$1.533 foram pagos no exercício findo em 30 de junho de 2014.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**18. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	370.838	346.881
Receita de serviços de construção	6.451	4.492
Outras receitas	<u>2.852</u>	<u>2.819</u>
	<u>380.141</u>	<u>354.192</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita Bruta	380.141	354.192
ISSQN	(18.660)	(17.463)
PIS	(2.453)	(2.295)
COFINS	<u>(11.326)</u>	<u>(10.593)</u>
Receita líquida	<u>347.702</u>	<u>323.841</u>

**19. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representadas por:

<b>Custos:</b>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custo de construção	(6.451)	(4.492)
Com pessoal	(13.518)	(12.468)
Serviços de terceiros	(10.000)	(9.534)
Depreciação e amortização	(41.509)	(39.018)
Custos com poder concedente	(5.605)	(8.160)
Seguros e garantias	(1.866)	(1.764)
Conservação	(9.463)	(9.618)
Provisão de manutenção em rodovias	(38.735)	(32.221)
Outros	<u>(5.083)</u>	<u>(4.900)</u>
Total	<u>(132.230)</u>	<u>(122.175)</u>

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

<b>Despesas:</b>	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
Com pessoal	(7.256)	(4.176)
Serviços de terceiros	(4.165)	(3.439)
Depreciação e amortização	(777)	(371)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(328)	(256)
Seguros e garantias	(22)	(10)
Outros	<u>(3.695)</u>	<u>(1.849)</u>
<b>Total</b>	<b><u>16.243</u></b>	<b><u>(10.101)</u></b>

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representadas por:

	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Juros ativos	29.061	11.577
Aplicações financeiras	24.646	7.039
Outras receitas	<u>9</u>	<u>390</u>
	<b><u>53.716</u></b>	<b><u>19.006</u></b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos financeiros	(62.908)	(32.758)
Atualização monetária do ônus da concessão	(3.449)	(4.475)
Ajuste a valor presente	(3.837)	(3.357)
Outras despesas	<u>(2.981)</u>	<u>(3.178)</u>
	<b><u>(73.175)</u></b>	<b><u>(43.768)</u></b>

**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****(a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº5.

**(b) Informações suplementares**

	<b><u>31.12.2014</u></b>	<b><u>31.12.2013</u></b>
<b>Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:</b>		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	1.831	204
Integralização de capital	4.980	2.121
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	3.386	1.218

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	178.753	166.261
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente nominal	(60.776)	(56.529)
Reconciliação para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	1.968	2.297
Efeito de adições e exclusões	<u>277</u>	<u>134</u>
Despesa contabilizada	<u>(58.531)</u>	<u>(54.098)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(56.938)	(59.783)
Diferidos	<u>(1.593)</u>	<u>5.685</u>
	<u>(58.531)</u>	<u>(54.098)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Sociedade decidiu pela adoção antecipada conforme Lei 12.973/14, para o exercício de 2014. Os ajustes efetuados não foram relevantes para o resultado da Sociedade.

**23. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro do exercício	120.223	112.163
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>71.010</u>	<u>68.599</u>
Lucro por ação	<u>1,6930</u>	<u>1,6351</u>

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

**Notas Explicativas** CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.



**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Empréstimos e recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	192.662	47.060
Aplicações financeiras	60.112	19.626
Contas a receber de clientes	24.129	21.781
Partes relacionadas	318.009	159.217
Outras contas a receber	70	28
	<hr/>	<hr/>
<u>Passivos</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Passivos financeiros ao custo</u> <u>amortizado</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Passivos financeiros ao</u> <u>custo amortizado</u>
Fornecedores e cauções contratuais	9.104	5.308
Empréstimos e financiamentos	1.068	3.476
Debêntures	567.852	241.967
Partes relacionadas	5.632	2.360
Credores pela concessão	37.376	45.174
Outras contas a pagar	2.297	193
	<hr/>	<hr/>

**Riscos de mercado****(a) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)****(b) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
<b>CDI</b>	12,50%	15,63%	9,38%	18,75%
Juros a incorrer (*)	(48.055)	(58.727)	(37.260)	(69.213)
Receita de aplicações financeiras	24.119	30.148	18.089	36.178
Receitas financeiras de mútuos	44.716	44.755	34.744	64.584
<b>IPCA</b>	6,40%	8,00%	4,80%	9,60%
Juros a incorrer (*)	<u>(12.740)</u>	<u>(14.349)</u>	<u>(11.126)</u>	<u>(15.951)</u>
Juros a Incorrer líquido	<u>8.040</u>	<u>1.828</u>	<u>4.447</u>	<u>15.598</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

**(c) Risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$24.129 (R\$21.781 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

**(d) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

**Notas Explicativas** **CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>
	<u>efetiva % a.a.</u>					
Debêntures CDI	15,03	114.240	143.172	130.377	60.455	448.244
Debêntures IPCA	11,99	66.389	66.570	47.501	-	180.461
Outorga	5,5	<u>11.097</u>	<u>10.366</u>	<u>10.366</u>	<u>10.233</u>	<u>42.062</u>
Total		<u>191.726</u>	<u>220.108</u>	<u>188.244</u>	<u>70.688</u>	<u>670.766</u>

**25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

**26. GARANTIAS E SEGUROS**

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

**Notas Explicativas** CENTROVIAS-SISTEMAS RODOVIARIOS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais / Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	24.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	131.448

(\*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

#### Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 139268/O-6 Contador CRC 1 SP 124504/O-9

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Reclassificação parcial dos Valores de Provisão para manutenção do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante.